

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Centro Hospitalar do Médio Tejo tem sido uma das unidades de saúde mais prejudicadas pelo estrangulamento financeiro imposto pelo Ministro das Finanças e pelos atrasos nas transferências feitas pelo Ministério da Saúde, em particular no cumprimento do contrato-programa.

Este estrangulamento de “gaveta” imposto pelo Governo a este, como também à generalidade dos restantes hospitais públicos, tem impedido estas unidades de prestar um melhor serviço aos cidadãos, provocando a deterioração dos cuidados hospitalares e a degradação da qualidade do nosso Serviço Nacional de Saúde. Só a extraordinária máquina de propaganda do Governo e o silêncio cúmplice do PCP e do Bloco de Esquerda, com consequências diretas em alguns sindicatos, tem permitido impedir um sobressalto cívico.

Justiça seja feita às Ordens dos Médicos e dos Enfermeiros, mas também a alguns sindicatos, quer de médicos quer de enfermeiros, bem como os autarcas, que têm vindo a denunciar este conjunto de situações danosas para a qualidade do SNS.

O Governo “capturou” diretamente toda a qualquer autonomia das Administrações dos hospitais públicos, sob pretexto e capa da “*má gestão das administrações*”, procurando obrigar a “*maior rigor*” nas contas dos hospitais. Hoje sabemos que tudo isso não passou de uma forma encapotada de colocar sob alçada direta do Ministério das Finanças a gestão dos hospitais e impor uma austeridade extrema na gestão dos recursos hospitalares.

Sabemos que a escassez de enfermeiros no Centro Hospitalar do Médio Tejo tem sido uma constante nos últimos anos, a qual foi agravada pela recusa do Governo em contratar mais enfermeiros, a fim de compensar a passagem dos horários de trabalho desses profissionais para as 35 horas. De referir, aliás, que essa situação se agravará ainda mais quando se prevê, para muito em breve, a passagem dos restantes enfermeiros, atualmente com contratos individuais de trabalho, das 40 para as 35 horas de trabalho semanal.

Ora, tendo em conta que se confirma a enorme escassez de enfermeiros nas três unidades do Centro Hospitalar do Médio Tejo assim como a existência de verbas disponíveis no referido hospital, o Grupo Parlamentar do PSD considera inaceitável que a Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo aguarde, já há vários meses, pela autorização do Governo para a contratação de mais cerca de 50 enfermeiros para fazer face a estas mais recentes alterações.

Sublinhamos ainda que, além das dificuldades reconhecidas por todos, têm surgido cada vez mais queixas sobre a falta de médicos, mas principalmente de enfermeiros nas três unidades hospitalares, Torres Novas, Tomar e Abrantes, sendo esta última a situação mais grave, em particular nas urgências, o que levou recentemente a uma reunião na Assembleia da República com os diferentes Grupos Parlamentares a pedido da Comissão de Saúde da Assembleia Municipal de Tomar.

Atendendo ao exposto e tendo em conta o disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, bem como nas normas regimentais aplicáveis, nomeadamente, o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta, os Deputados do PSD, abaixo-assinados, vêm por este meio perguntar a S. Exas. o Ministro da Saúde, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 – Pretende o Governo autorizar o pedido de contratação de enfermeiros feito pelo Centro Hospitalar do Médio Tejo para fazer face às alterações provocadas pela Período Normal de Trabalho?

2 – Para quando está prevista a resposta ao pedido referido na pergunta anterior?

3 – Está previsto algum reforço e ou aumento de capital em 2018 para o Centro Hospitalar do Médio Tejo?

Palácio de São Bento, 14 de junho de 2018

Deputado(a)s

DUARTE MARQUES(PSD)

NUNO SERRA(PSD)

TERESA LEAL COELHO(PSD)